

SIG/MP nº «09.2015.00009521-3»

ICP n. 06.2012.8135-1

ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
por seu Promotor de Justiça, Dr. **Isaac Sabbá Guimarães**, de um lado; e de outro **Haifa Administradora Ltda.** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica n. 72.078.504/0001-35, neste ato representada por seu administrador Joel Rogério Pires Júnior, com sede na Av. Brasil, n. 1670, Centro de Balneário Camboriú, têm entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CRFB/88);

Considerando que o artigo 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

Considerando a tramitação, no âmbito do Ministério Público, do Procedimento Administrativo nº «09.2015.00009521-3», instaurado para acompanhar o adimplemento das obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil Público n. 06.2012.8135-1;

Considerando a necessidade de aditamento do referido TAC, no tocante aos caracteres do Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRADE) a ser desenvolvido pela compromissária;

RESOLVEM, nos termos da Lei Federal n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e do art. 19 e seguintes do Ato Ministerial nº 335/2014/PGJ, celebrar o

presente Aditamento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Aditamento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a regularização das condições de adimplemento da obrigação relativa ao desenvolvimento de Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRADE).

Segundo as informações juntadas ao Procedimento Administrativo, nota-se que o desenvolvimento do referido projeto encontra-se impedido, porquanto o local objeto foi severamente alterado em virtude de intervenções físicas, tais como a terraplanagem e o desassoreamento de trecho do Rio das Ostras.

Assim, tem-se que o objetivo mitigatório do TAC seria melhor atendido caso o PRADE relacionasse outro local, qual seja o curso de água não nominado, afluente do Rio das Ostras, que corta o imóvel da compromissária, estendendo-se da Rua Hermógenes de Assis Feijó até o Rio das Ostras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES AJUSTADAS

I.1 Quanto à obrigação de desenvolvimento do PRADE, fica a referida cláusula assim redigida: Compromete-se, a Compromissária a impulsionar o procedimento administrativo junto ao órgão ambiental do estado (já havendo, conforme juntado nos autos do Procedimento Administrativo, protocolização do pedido).

I.2 A compromissária compromete-se a implantar o PRADE no prazo de seis meses a partir do licenciamento por parte da FATMA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MULTA

Em caso de descumprimento da Cláusula segunda, em qualquer de seus subitens, do presente Aditamento Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, os Compromissários ficarão sujeitos à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, com limite de 90 (noventa) dias (termo final), para cada qual, cujo valor será revertido ao **Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina**, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigações assumidas. O valor da multa incidirá independentemente sobre cada um dos itens descumpridos.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra os Compromissários, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Camboriú/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

E assim, por estarem compromissados, firmam este Termo em ... vias de igual teor e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surtam seus efeitos jurídicos.

Ficam as partes subscritas cientes de que este termo de ajuste de conduta tem por consequência o arquivamento do feito, do qual cabe recurso ao Conselho Superior do Ministério Público até a sua formal homologação.

«Balneário Camboriú», «20 de fevereiro de 2018».

Isaac Sabbá Guimarães
Promotor de Justiça

Haifa Administradora Ltda.